

Dois fatores determinam o crescimento econômico a longo prazo. Um deles é a taxa de investimento, isto é, a parcela do rendimento convertida em meios de produção, como novas máquinas, equipamentos, ferrovias, portos, centrais elétricas e assim por diante. Tudo isso constitui o parque produtivo do País. O outro fator é a relação produto/capital, isto é, quantas unidades a mais de bens e serviços a economia pode produzir com uma unidade a mais de capital investido. Só se pode investir o que não é consumido pelos agentes privados e pelo governo. Esta parcela corresponde à poupança. Pode-se reforçá-la com recursos estrangeiros, como se voltou a fazer nos últimos anos, mas a grande fonte de meios para investir foi e deve continuar sendo a poupança interna.

No Brasil, o setor privado vem realizando um esforço importante para poupar, mas o governo continua sem poder controlar o destino de recursos importantes que se perdem no ralo da Previdência e da administração. O déficit público é tão alto porque não há controle do custeio, e não porque o governo invista pesadamente.

Ora, para que a produção

possa crescer mais de 4% ao ano, advertem especialistas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), isso precisa mudar. Com o déficit público aumentando, o País avança na direção oposta à do crescimento.

É impossível, com baixa expansão econômica, abrir postos de trabalho para os jovens que ingressam no mercado de trabalho – mais de 1 milhão de pessoas a cada ano. Esta é só uma das consequências danosas, talvez a mais visível, desse déficit público incontrolado.

Um grande arranjo fiscal, com ênfase na reforma previdenciária e na racionalização dos impostos, poderá mudar a trajetória, permitindo elevar o crescimento, no começo do novo século, à média anual de 5%, segundo estudos do Ipea. Esse número é provavelmente conservador. Se as contas públicas forem postas em ordem e, além disso, o governo se concentrar nos objetivos corretos, como a ampliação e a melhora da educação básica, o apoio à pesquisa, o saneamento e a maior eficiência de serviços tipicamente estatais, como segurança e justiça, haverá ainda maior estímulo para investir no País. Nesse caso, a expansão da economia será mais ve-

loz e muito mais sustentável.

Uma boa reforma tributária também permitiria elevar o investimento privado. Com o sistema em vigor, a produção tem de suportar uma carga muito pesada de impostos e contribuições – muito maior que a de outras economias envolvidas no comércio internacional. Parte dessa tributação incide na compra de componentes, máquinas e equipamentos, elevando o custo de investir na capacidade produtiva.

A carga excessiva também afeta os custos de outras maneiras, tornando a produção nacional menos competitiva, tanto no Exterior quanto no mercado interno. Competição internacional, hoje, se dá tanto fora quanto dentro das fronteiras.

O setor privado, de toda forma, tem procurado investir cada vez mais nos últimos anos. Com a abertura de mercado e a estabilização dos preços, a modernização e a busca de eficiência passam a condicionar mais do que os lucros: delas passa a depender, em muitos casos, a sobrevivência da empresa. Além disso, a desestati-

zação de empresas e a concessão de serviços públicos, aceleradas a partir de 1994, têm permitido retomar o investimento em setores por muito tempo estagnados. Isto inclui tanto segmentos da indústria de transformação, como a indústria de equipamentos pesados e a siderurgia, quanto os sistemas ferroviário, rodoviário, elétrico, portuário, de saneamento e de comunicações.

O investimento cresceu e é preciso investir mais. Mas o déficit público limita a formação de poupança

Tanto pela maturação dos investimentos recentes, quanto pela melhora dos serviços de infra-estrutura, tende a crescer, nos próximos anos, a quantidade de bens e serviços obtida com o investimento adicional. Em outras palavras, a economia tende a tornar-se mais produtiva. Isto permitiria um crescimento maior, mesmo sem elevação da taxa de investimento. Mas o crescimento econômico desejável dependerá, mesmo, da combinação dos dois fatores mencionados de início, isto é, a taxa de investimento e a relação produto/capital. A taxa de investimento só estará disponível se houver progresso na implantação das reformas.